



**10º CONGRESSO
LUSO-BRASILEIRO
DE AUDITORES FISCAIS**

BELO HORIZONTE/BRASIL - 31 de maio a 03 de junho de 2026

Combater as Desigualdades Sociais através de Políticas Fiscais

Nuno Barroso

Presidente da APIT Portugal

Vice-Presidente da UFE – Union of Finance Personnel in Europe

Desigualdades Sociais

(Portugal, INE - ICOR 2025)

- **Risco de Pobreza e Exclusão Social (rendimentos vs. poder de compra): 15,4% da população**
 - 1,66 milhões de pessoas permanecem em situação de pobreza
 - Nas últimas 3 décadas, a taxa de pobreza desceu 7,6 p.p. (de 23% em 1994, para 15,4% em 2024)
 - Sem transferências sociais, 40,4% da população não escaparia à pobreza
 - As mulheres enfrentam maior risco de pobreza: 17,7%
- **Desigualdade Económica, segundo o coeficiente de GINI: 30,1%**
 - Situação de Pobreza, com rendimentos inferiores a €723/mês
 - 8,6% da população empregada não consegue escapar à pobreza



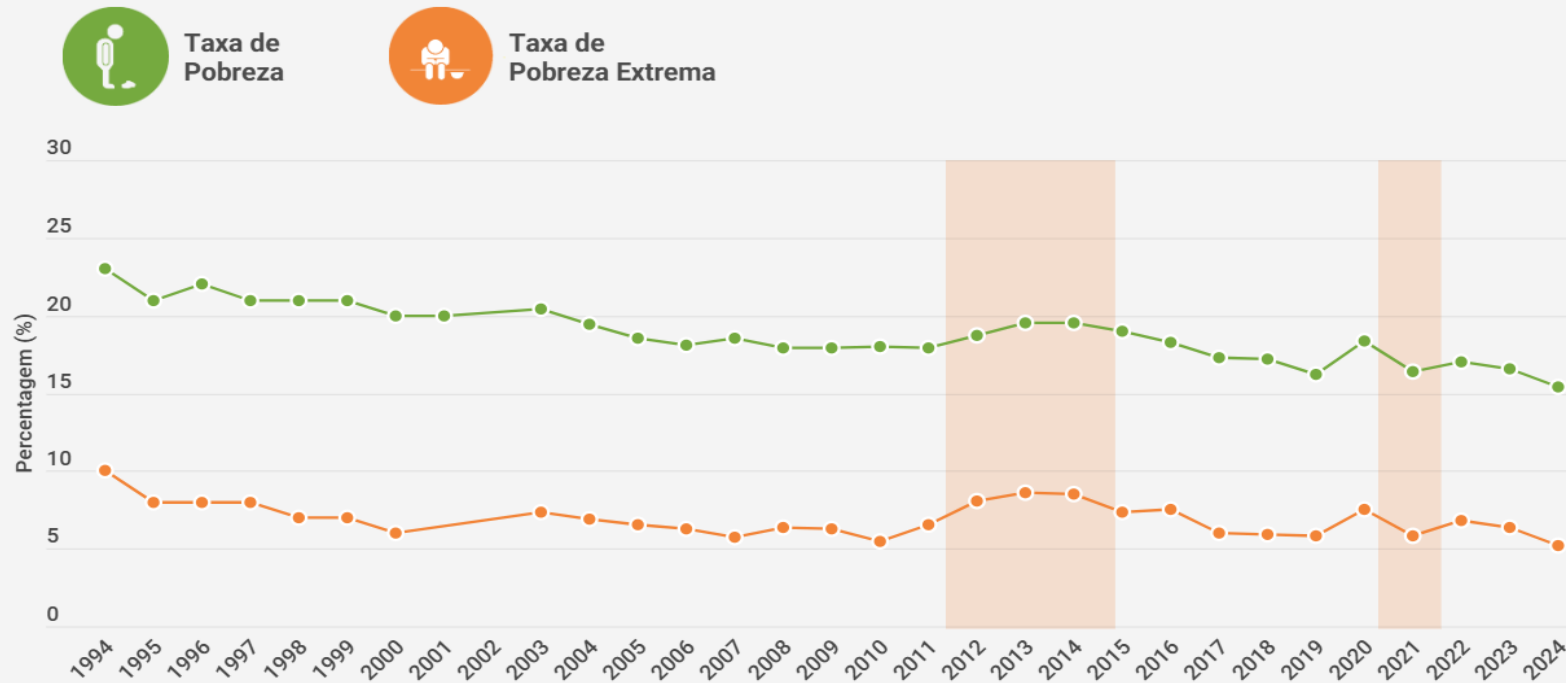
**10º CONGRESSO
LUSO-BRASILEIRO
DE AUDITORES FISCAIS**

BELO HORIZONTE/BRASIL - 31 de maio a 03 de junho de 2026

Desigualdades Sociais

(Portugal, INE - ICOR 2025)

INICIDÊNCIA DA POBREZA E DA POBREZA EXTREMA (1994-2024)



Nr. de pessoas pobres



10º CONGRESSO
LUSO-BRASILEIRO
DE AUDITORES FISCAIS

BELO HORIZONTE/BRASIL - 31 de maio a 03 de junho de 2026

Desigualdades Sociais

(Portugal, INE - ICOR 2025)



75% das crianças em situação de pobreza vivem em famílias cuja principal fonte de rendimento provém do trabalho.



**10º CONGRESSO
LUSO-BRASILEIRO
DE AUDITORES FISCAIS**

BELO HORIZONTE/BRASIL - 31 de maio a 03 de junho de 2026

Desigualdades Sociais

(Portugal, INE - ICOR 2025)

ONDE CRESCEM AS CRIANÇAS POBRES



**AGREGADOS
MONOPARENTAIS**

25%



**FAMÍLIAS
NUMEROSAS**

20%

TAXA DE POBREZA POR NÍVEL DE ENSINO DOS PAIS



**ENSINO
BÁSICO**

34,3%



**ENSINO
SECUNDÁRIO**

19%



**ENSINO
SUPERIOR**

8,9%

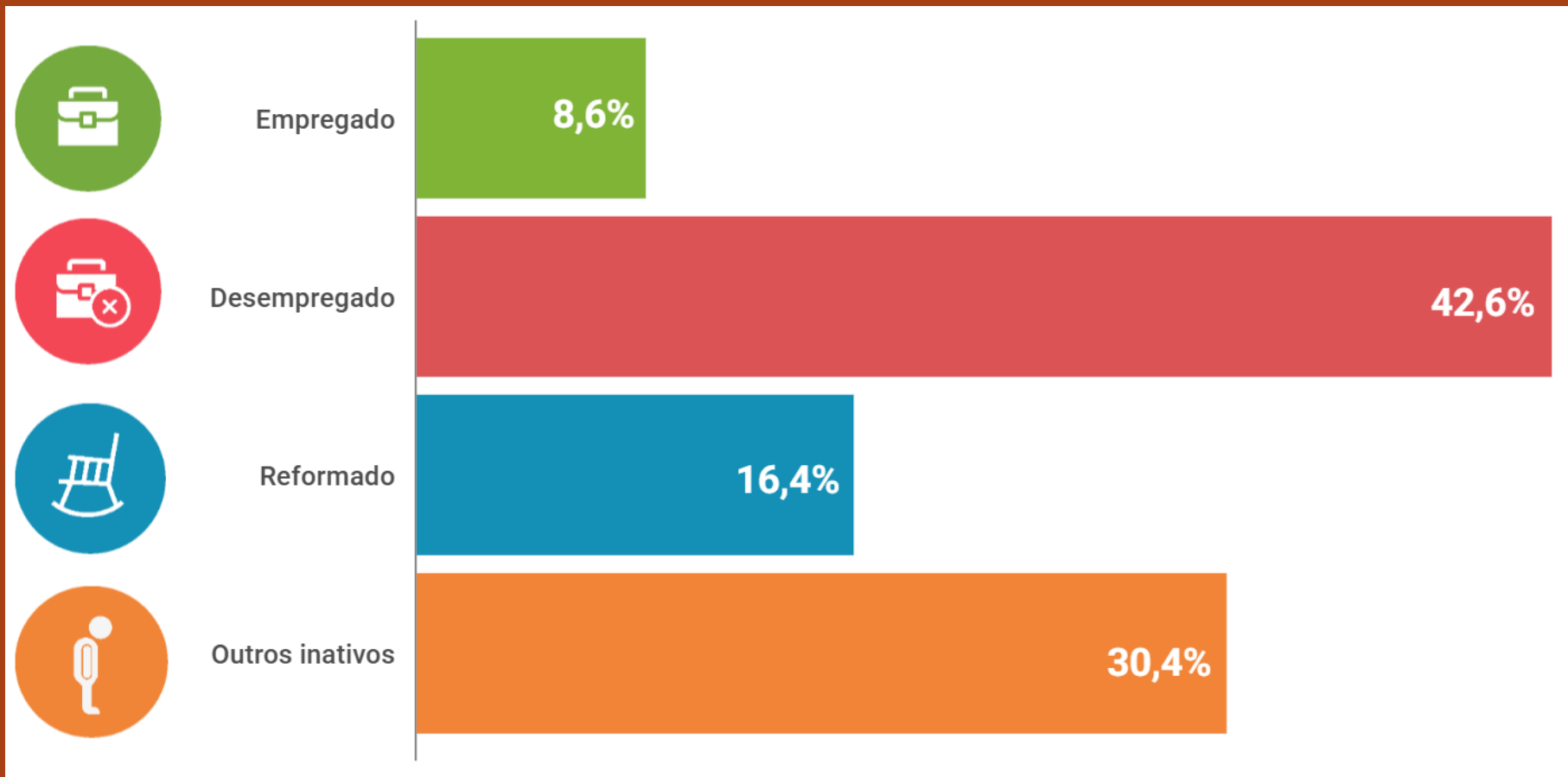


**10º CONGRESSO
LUSO-BRASILEIRO
DE AUDITORES FISCAIS**

BELO HORIZONTE/BRASIL - 31 de maio a 03 de junho de 2026

Desigualdades Sociais

(Portugal, INE - ICOR 2025)

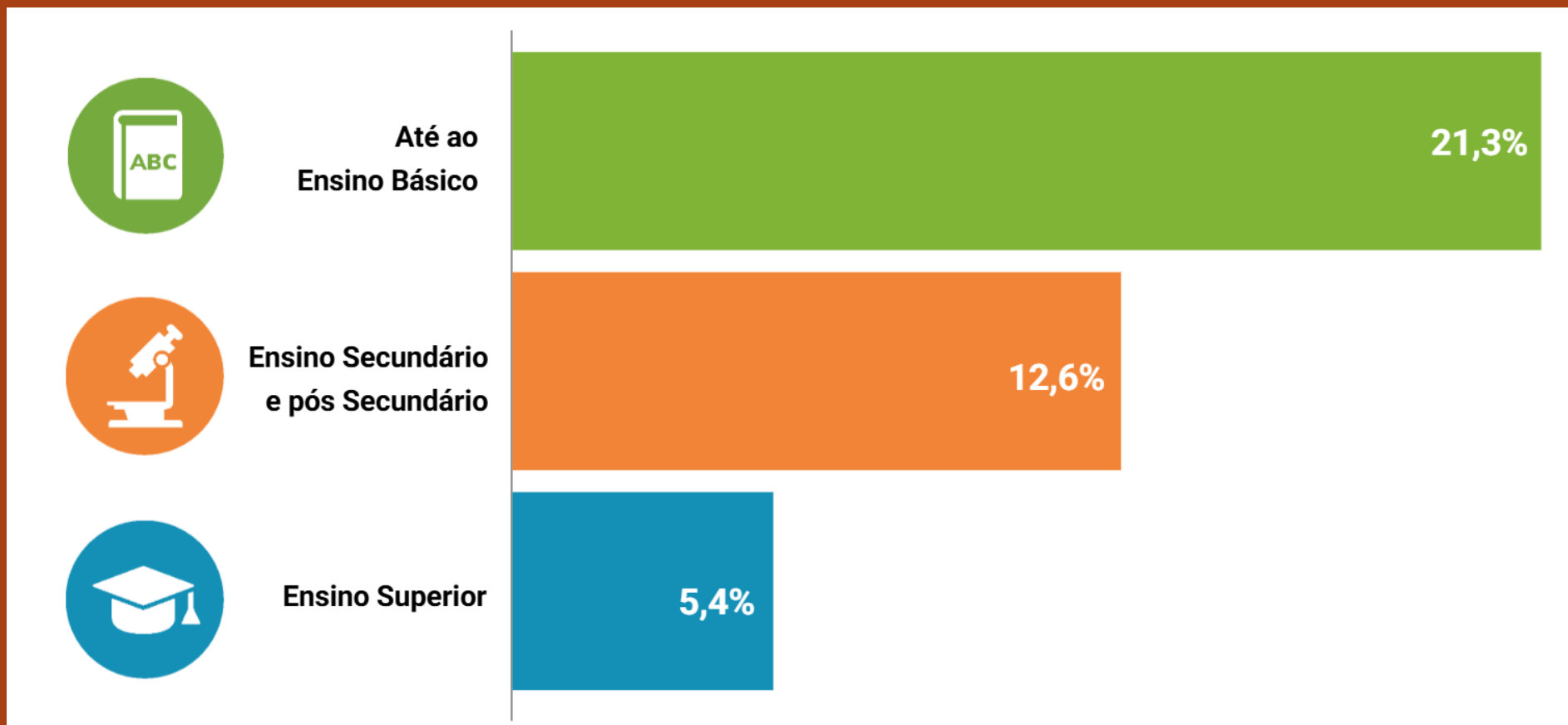


**10º CONGRESSO
LUSO-BRASILEIRO
DE AUDITORES FISCAIS**

BELO HORIZONTE/BRASIL - 31 de maio a 03 de junho de 2026

Desigualdades Sociais

(Portugal, INE - ICOR 2025)

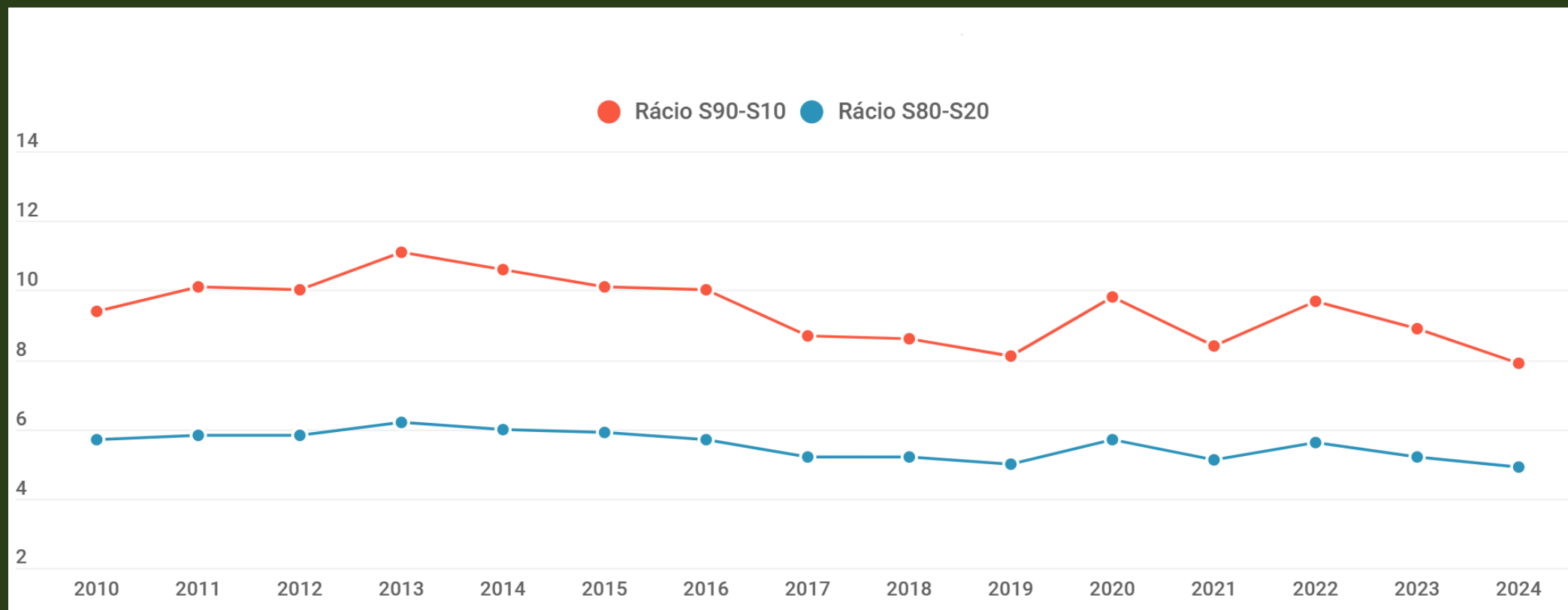


**10º CONGRESSO
LUSO-BRASILEIRO
DE AUDITORES FISCAIS**

BELO HORIZONTE/BRASIL - 31 de maio a 03 de junho de 2026

Evolução da Desigualdade

(Portugal, INE - ICOR 2025)



- 10% mais ricos ganham 7,9 vezes mais que 10% mais pobres
- 1% mais ricos (~100 mil) possuem 25% da riqueza nacional
- 50% mais pobres (~5,5 milhões) possuem 4% da riqueza nacional



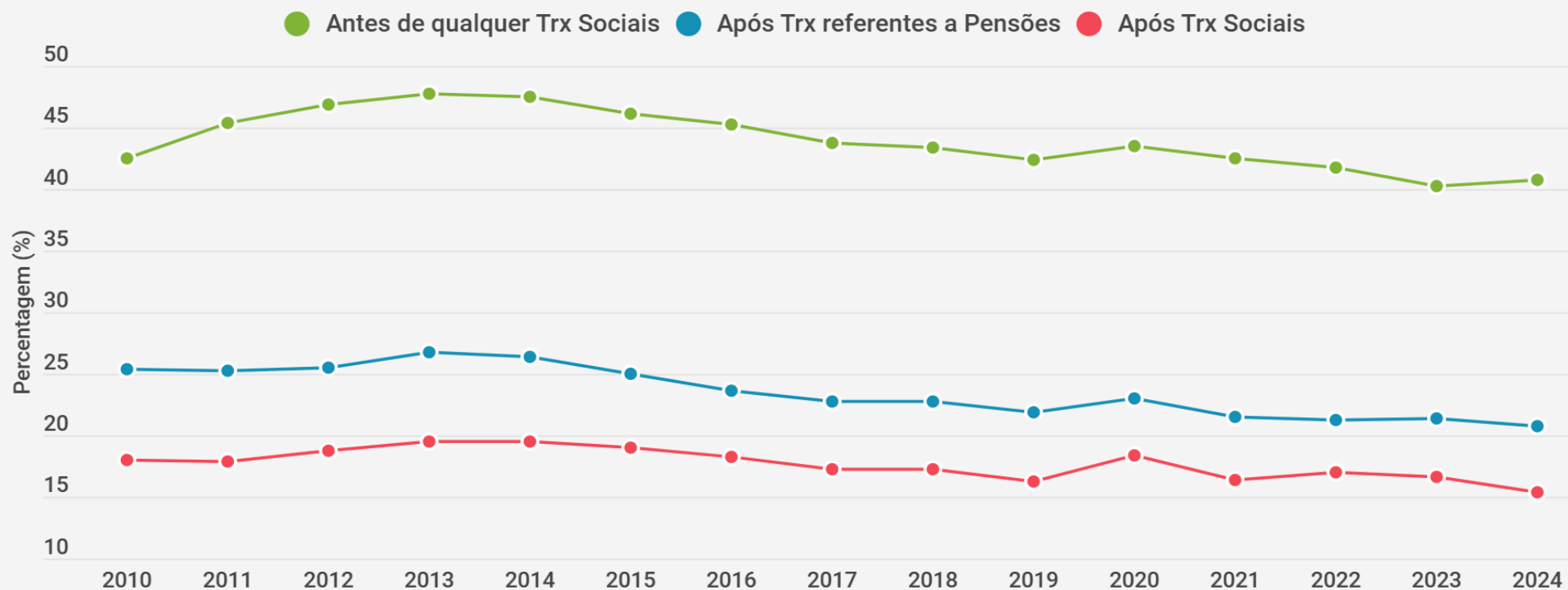
**10º CONGRESSO
LUSO-BRASILEIRO
DE AUDITORES FISCAIS**

BELO HORIZONTE/BRASIL - 31 de maio a 03 de junho de 2026

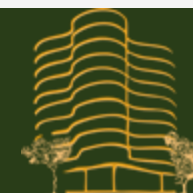
Políticas Redistributivas

(Portugal, INE - ICOR 2025)

Impacto de transferências sociais na pobreza



- Antes de qualquer transferência: 40,7%
- Após pensões: 20,8%
- Após outras transferências sociais: 15,4%



**10º CONGRESSO
LUSO-BRASILEIRO
DE AUDITORES FISCAIS**

BELO HORIZONTE/BRASIL - 31 de maio a 03 de junho de 2026

Efeitos dos Impostos

Impostos Diretos

IRS · Contribuições Sociais

✓ PROGRESSIVOS

- Reduzem a desigualdade pela sua progressividade
- Quem ganha mais paga proporcionalmente mais
- Efeito redistributivo superior à média da UE

Portugal: **1,9** vs. UE: 1,4

Impostos Indiretos

IVA · Impostos sobre consumo

✗ REGRESSIVOS

- Penalizam mais os rendimentos mais baixos
- IVA em Portugal acima da média da Zona Euro
- Anulam parte significativa do alívio do IRS

Portugal: **1,5** vs. UE: 3,1

Comparação Portugal vs. média europeia — papel redistributivo

Impostos diretos: **PT 1,9** | UE 1,4

Transf. sociais: **PT 1,5** | UE 3,1



**10º CONGRESSO
LUSO-BRASILEIRO
DE AUDITORES FISCAIS**

BELO HORIZONTE/BRASIL - 31 de maio a 03 de junho de 2026

Efeitos dos Impostos

O papel do IRS

Impostos Diretos

- IRS e contribuições sociais têm forte efeito redistributivo
- Responsáveis pela atenuação das disparidades de rendimento
- Impacto na redução da desigualdade superior à média europeia

Portugal **1,9×** vs. média UE 1,4

O peso do IVA

Impostos Indiretos

- IVA em Portugal superior à média da Zona Euro
- Pesa proporcionalmente mais no rendimento dos mais pobres
- Anula cerca de 1/3 do alívio proporcionado pelo IRS

anula **-1/3** do benefício do IRS

Síntese: O sistema fiscal português dá com uma mão (IRS progressivo) e tira com a outra (IVA regressivo).

O efeito redistributivo líquido fica aquém do potencial com mais impostos diretos e menos peso sobre o consumo.



**10º CONGRESSO
LUSO-BRASILEIRO
DE AUDITORES FISCAIS**

BELO HORIZONTE/BRASIL - 31 de maio a 03 de junho de 2026

Tax the Riches: Solução ou Utopia

(Dados da Tax Justice Network)

250 anos

de salário mínimo para atingir 3 M€ de património líquido

42 000

peças abrangidas (~0,5% da população)

Alíquota progressiva entre 1,7% e 3,5%

3,6 MM€

receita gerada anualmente

+6,6%

acréscimo à receita fiscal do Estado

Limiar demasiado alto?

Só quem tiver mais de 3 milhões de euros de património líquido paga. São apenas **0,4%** dos portugueses.

Êxodo de capital?

Os estudos não confirmam o medo. No Reino Unido, apenas **0,3%** dos milionários saíram por razões fiscais.

→ Redução do imposto sobre o trabalho → Financiamento de serviços públicos → Tributação ampla: ações, arte, prop. intelectual



**10º CONGRESSO
LUSO-BRASILEIRO
DE AUDITORES FISCAIS**

BELO HORIZONTE/BRASIL - 31 de maio a 03 de junho de 2026

(propondo mais uma)

Declaração pelo Direito a uma Tributação Justa

Qualquer Estado tem obrigações fundamentais para com os seus cidadãos.
Esta Declaração parte de **três premissas que consideramos incontestáveis**:

1

Igualdade, dignidade e sustentabilidade

Todo o Estado deve assegurar igualdade de direitos, progresso social e condições de vida dignas para todos.

2

Riqueza gera obrigação de redistribuir

Qualquer geração de riqueza deve ser sempre acompanhada por uma redistribuição equitativa.

3

Os impostos são a ferramenta central

Os impostos são instrumento indispensável para redistribuir riqueza e financiar os serviços públicos.



**10º CONGRESSO
LUSO-BRASILEIRO
DE AUDITORES FISCAIS**

BELO HORIZONTE/BRASIL - 31 de maio a 03 de junho de 2026

Artigos orientadores #1 — #4

#1

Debate democrático e interesse geral

Toda a lei tributária deve resultar de debate democrático genuíno, com base em redistribuição, justiça e progressividade.

#3

Privilegiar impostos diretos

Os sistemas tributários devem privilegiar impostos diretos sobre os indiretos, por serem mais justos e equitativos.

#2

Tributar toda a riqueza — trabalho e capital

Pessoas e empresas devem contribuir sobre todas as receitas, lucros e resultados obtidos pelo capital acumulado.

#4

Equilíbrio entre trabalho e capital

As leis tributárias devem buscar um verdadeiro equilíbrio entre a tributação da renda do trabalho e a renda do capital.



**10º CONGRESSO
LUSO-BRASILEIRO
DE AUDITORES FISCAIS**

BELO HORIZONTE/BRASIL - 31 de maio a 03 de junho de 2026

Artigos orientadores #5 — #8

#5

Tributar transações financeiras internacionais

Todas as transações financeiras internacionais devem estar sujeitas a tributação.

#7

Tributar onde a riqueza é produzida

Os impostos devem ser pagos no país onde a riqueza é efetivamente gerada.

#6

Isentar produtos e serviços essenciais

Bens e serviços essenciais a uma vida digna não devem estar sujeitos a qualquer tributação.

#8

Fraude fiscal é roubo à comunidade

A fraude viola a ordem pública e prejudica os mais necessitados. Quem fraudava rouba da comunidade e impede o progresso de todos.



**10º CONGRESSO
LUSO-BRASILEIRO
DE AUDITORES FISCAIS**

BELO HORIZONTE/BRASIL - 31 de maio a 03 de junho de 2026

Artigos orientadores #9 — #10

#9

Dumping fiscal e paraísos fiscais são contra o interesse público

Países que pratiquem ou promovam o dumping fiscal devem ser condenados à eliminação dessas práticas prejudiciais para todos.

#10

Audidores/Inspetores: autonomia funcional e proteção legal

A fiscalização deve ser realizada por funcionários com leis orgânicas próprias, autonomia funcional e proteção legal. Sem inspetores independentes, todos os outros artigos ficam por cumprir.

Para nós, auditores fiscais e inspetores tributários: o artigo #10 é o que garante que todos os outros têm quem os faça cumprir. Sem inspetores independentes e protegidos, a justiça fiscal é letra morta.



**10º CONGRESSO
LUSO-BRASILEIRO
DE AUDITORES FISCAIS**

BELO HORIZONTE/BRASIL - 31 de maio a 03 de junho de 2026

MUITO OBRIGADO!

Juntos e Solidários, Somos Mais Fortes!

nuno.barroso@apit.pt



**10º CONGRESSO
LUSO-BRASILEIRO
DE AUDITORES FISCAIS**

BELO HORIZONTE/BRASIL - 31 de maio a 03 de junho de 2026